

# Dossiê Temático

## Neoliberalismo e sofrimento psíquico

***Esmael Alves de Oliveira (org.)***<sup>1</sup>

Fundação Oswaldo Cruz  
Universidade Federal da Grande Dourados

***Anaxsuell Fernando da Silva (org.)***<sup>2</sup>

Universidade Federal da Integração Latino-Americana

***Jainara Gomes de Oliveira (org.)***<sup>3</sup>

Universidade Federal da Grande Dourados

<sup>1</sup> Graduado em Filosofia e Psicologia, Doutor em Antropologia Social (PPGAS/UFSC), docente dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt) e Psicologia (PPGpsi) da Universidade Federal da Grande Dourados. Atualmente desenvolve pesquisa de Pós-doutorado, com bolsa do CNPq (Processo: 177092/2023-8), junto ao Programa de Pós-graduação em Saúde da Criança e da Mulher do Instituto Fernandes Figueira da Fiocruz.

<sup>2</sup> Graduado em Ciências Sociais e Psicologia, Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP), docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

<sup>3</sup> Graduada em Ciências Sociais, Doutora em Antropologia Social (PPGAS/UFSC). Pós-doutoranda, com bolsa da CAPES, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt) da Universidade Federal da Grande Dourados.

## Neoliberalismo e sofrimento psíquico: entre a despolarização e a naturalização dos mecanismos de opressão contemporâneos

O presente dossiê se propõe a explorar as interconexões entre as dinâmicas neoliberais e o sofrimento psíquico, mobilizando reflexões teóricas-chave, as quais problematizam como o neoliberalismo transforma o sujeito e as formas de lidar com o sofrimento mental (SAFATLE; SILVA JR; DUNKER, 2021; ALBINO; OLIVEIRA, 2021). A partir das noções de governamentalidade, desenvolvidas por Michel Foucault (2008), entendemos que o neoliberalismo opera como uma tecnologia de poder que se infiltra nos modos de subjetivação, formando sujeitos que internalizam lógicas de mercado e autogestão. Segundo tal racionalidade, o sujeito tanto passa a ser responsável por seu adoecimento, quanto continuamente é estimulado ao máximo autoaprimoramento. Nos termos de Foucault (2008), a governamentalidade é o principal dispositivo que caracteriza o modelo neoliberal e refere-se à maneira como o Estado e outras instituições organizam, monitoram e regulam a vida, não apenas de forma coercitiva, mas através da produção de sujeitos que se autogovernam. Para Pierre Dardot e Christian Laval (2016), tal reconfiguração das relações sociais e de trabalho incide diretamente sobre o modo como nos constituímos enquanto sujeitos.

A partir de então, diversas técnicas contribuem para a fabricação desse novo sujeito unitário, que chamaremos indiferentemente de “sujeito empresarial”, “sujeito neoliberal”, ou, simplesmente, “neossujeito”. Não estamos mais falando das antigas disciplinas que se destinavam, pela coerção, a adestrar os corpos e a dobrar os espíritos para torná-los mais dóceis – metodologia institucional que se encontrava em crise havia muito tempo. Trata-se agora de governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra. Para isso, deve-se reconhecer nele a parte irreduzível do desejo que o constitui. As grandes proclamações a respeito da importância do “fator humano” que pululam na literatura da neogestão devem ser lidas à luz de um novo tipo de poder; não se trata mais de reconhecer que o homem no trabalho continua a ser um homem, que ele nunca se reduz ao status de objeto passivo; trata-se de ver nele o sujeito ativo que deve participar inteiramente, engajar-se plenamente, entregar-se por completo a sua atividade profissional. O sujeito unitário é o sujeito do envolvimento total de si mesmo. A vontade de realização pessoal, o projeto que se quer levar a cabo, a motivação que anima o “colaborador” da empresa, enfim, o desejo com todos os nomes que se queira dar a ele é o alvo do novo poder. (DAR-DOT e LAVAL, 2016: 327)

Dentro desse panorama, o sujeito neoliberal é modelado como um “empreendedor de si”, ou seja, um indivíduo constantemente incentivado a gerir sua própria vida como uma empresa. Essa exigência de autoaperfeiçoamento contínuo

gera novas formas de vulnerabilidade e sofrimento psíquico, como apontado por Byung-Chul Han (2015) em sua obra “A Sociedade do Cansaço”. Han (2015) argumenta que o neoliberalismo substitui a sociedade disciplinar por uma sociedade de desempenho, na qual o indivíduo se submete voluntariamente a exigências de produtividade incessante, resultando em exaustão, *Burnout* e outras formas de adoecimento mental.

Tal processo de incessante autoaperfeiçoamento é constantemente estimulado por um conjunto de dispositivos discursivos, técnicos, científicos, tecnológicos. Desde uma perspectiva antropológica, é possível problematizar e refletir sobre como o sofrimento e as aflições passam a ser produzidos, significados e regulados nesse contexto (COELHO e LEAL, 2015; ROSE, 2013; AZIZE, 2011). A partir de um campo bastante multifacetado e em constante expansão e disputa, emergem as figuras de novos “especialistas” em “saúde mental” (*coachs*), a proliferação de diagnósticos psiquiátricos, o aumento de prescrição de psicofármacos (sobretudo, ansiolíticos e antidepressivos), a emergência de novos campos de conhecimento (como a neurociência), a necessidade de um olhar cada vez mais segmentado e pormenorizado (exames neuronais, análise de processos bioquímicos etc.). Afinal,

De acordo com a lógica do self-help, afirma-se que as causas dos sofrimentos são subjetivas e, dando um passo a mais nesse processo de individualização, será dito que os padecimentos têm uma origem orgânica, biológica, decorrente de algum déficit neuroquímico que pode ser compensado com um psicofármaco. Assistimos assim à ampliação exponencial de diagnósticos como ansiedade, depressão e bipolaridade entre trabalhadores, desempregados e outros atores sociais. Vemos, desse modo, que o processo de psiquiatrização dos padecimentos é uma estratégia funcional à lógica do empreendedorismo, na qual cada um deve ser agente e responsável por seus próprios fracassos e insucessos. (CAPONI e DARÉ, 2020: 307)

A partir de tal pano de fundo, Edgar Cabanas e Eva Illouz, em *Happycracia: Fabricando cidadãos felizes* (2022), apresentam como o discurso da felicidade e do bem-estar é apropriado pelas lógicas neoliberais. Em vez de promover um bem-estar genuíno, o neoliberalismo reconfigura a busca pela felicidade como um projeto individual, responsabilizando o sujeito por seu próprio estado emocional. Em vez de questionar as estruturas que produzem o sofrimento, esse discurso despolitiza as causas do mal-estar, transformando-o em um problema de autorresponsabilidade.

Numa sociedade de sujeitos empreendedores, considerados inteiramente livres e responsáveis por seus atos, as situações de desamparo, desemprego, insucesso, serão vistas como fracasso pessoal. O sujeito fracassa por não ter sabido gerenciar adequadamente a própria vida, por não ter sabido antecipar adequadamente os riscos de seus empreendimentos ou por não ter investido suficientemente em si mesmo. (CAPONI e DARÉ, 2020: 307)

Esse quadro contribui para a produção e gestão do sofrimento psíquico no contexto neoliberal, onde o aumento das prescrições e do uso de medicamentos psiquiátricos aparece como uma resposta rápida e massificada a problemas estruturais mais profundos. O sofrimento mental é patologizado, medicalizado e despolitizado, deslocando o foco da análise das condições sociopolíticas que o geram para o nível individual, desconsiderando as dimensões coletivas e sistêmicas do sofrimento (ARCOVERDE, 2021; OLIVEIRA, 2020; FREITAS, 2019).

A Antropologia, de longa data, tem contribuído significativamente para a compreensão dos fenômenos associados aos processos de saúde e adoecimento. Apesar da diversidade de perspectivas no interior da disciplina, é possível vislum-

brar certo consenso no entendimento de que mudanças ocorridas nas últimas décadas, ocasionadas sobretudo por questões de ordem social, política, econômica, tecnológica e, mais recentemente, acentuadas pelo complexo cenário político-pandêmico, têm impactado diferentes âmbitos da vida social, de modo geral, e da vida subjetiva, de modo particular. Sem a pretensão de esgotar o debate, buscamos destacar a importância do olhar das ciências humanas e sociais para essa problemática. A contribuição da perspectiva antropológica, em particular, é essencial para desnaturalizar as formas de produção de subjetividades e sofrimento, além de propor alternativas de resistência às governamentalidades neoliberais. A antropologia oferece uma lente que nos permite questionar e reimaginar os modos de vida impostos, revelando as dinâmicas culturais e estruturais que moldam nossa experiência subjetiva de mal-estar.

Nessa direção, desejamos constituir neste dossiê um espaço de diálogo vinculado a diferentes áreas disciplinares interessadas na compreensão e desnaturalização dos mecanismos de opressão contemporâneos produtores de sofrimento psíquico, cujas causas e efeitos estão longe de se esgotar em um debate biologizante e/ou medicalizante. A premissa aqui adotada é de que a saúde mental é um campo pluridisciplinar e de caráter psicossocial e, portanto, não circunscrita apenas aos campos psis (psicologia, psiquiatria e/ou psicanálise) e/ou biomédico.

Os artigos que compõem este número, aqui apresentados, contribuem para refletir sobre a relação entre neoliberalismo e sofrimento psíquico, a partir de diferentes perspectivas. Estão – todos eles – comprometidos com uma concepção de saúde mental e sofrimento psíquico como um fenômeno complexo, multifatorial, histórico e culturalmente situado.

O primeiro deles, intitulado “Existir no Neoliberalismo: reflexões sobre subjetivação e sofrimento psíquico no contemporâneo”, de autoria de Isadora dos Santos Alves, Mariana Tavares Cavalcanti Liberato, João Paulo Pereira Barros e Vlândia Jamile dos Santos Jucá, abre o debate do dossiê com discussão a respeito das incidências do neoliberalismo na subjetividade, no sofrimento e nos seus modos de gestão no contemporâneo; a partir de referenciais teóricos postos na interface entre Psicologia Social, Saúde Coletiva e Ciências Sociais. As pessoas autoras demonstram que, muito mais que uma política econômica, o neoliberalismo opera seu funcionamento sobre modos de subjetivação orientados pelo individualismo e por relações sociais pautadas na concorrência. Tal panorama afeta e atravessa o campo de vivência e compreensão do sofrimento e da saúde mental.

Em seguida, o artigo “Quilombos, saúde mental e sofrimento social: a desigualdade em saúde como expressão da qualidade ambiental do território”, de autoria de Anaxsuell Fernando da Silva, Maria Janaína Silva dos Santos, Priscila Soraia da Conceição e Rosimeiry Florêncio de Queiroz Rodrigues, apresenta-nos a relação entre saúde mental e ambiente em comunidades tradicionais a partir da confluência do debate em três diferentes contextos etnográficos – duas comunidades quilombolas no Rio Grande do Norte (Jatobá e Nova Esperança) e uma na Paraíba (Talhado). O trabalho evidencia os processos geradores de desigualdades socioespaciais e raciais em saúde e sua articulação com movimentos sociais envolvidos em processos de mobilização e resistência. Ao final da leitura, percebemos que reconhecer esses processos a partir das vozes dos moradores das referidas comunidades contribui para o enfrentamento das desigualdades e injustiças por intermédio de uma promoção emancipatória da saúde mental.

Ao tomar como objeto de reflexão as vidas não passíveis de luto, o artigo “Cartografia da arte de resistirmos: ao que será que se destina?”, de Francelino Eleutério da Silva Junior e Antonio Vladimir Félix-Silva, toma o inconsciente colonial-capitalístico como fio condutor da sua análise e argumenta em torno da destituição das singularidades pela homogeneização dos modos de existir. A despeito do diagnóstico, os autores nos indicam que as vidas não enlutáveis continuam existindo e resistindo. Em um modo de agir para resistir no que se é ordinário, como um mal-estar sempre presente e criando linhas de fuga para existir.

Por meio de um conjunto de textos sociológicos e psicanalíticos, o artigo “Excesso, sociedade e sofrimento: novos ideais de conduta sob a ótica da teoria sociológica e da psicanálise”, de Ricardo Luiz Cruz, nos ajuda a entender as atuais conexões entre, de um lado, o exercício do trabalho e a procura da satisfação e, de outro, os modos como nos relacionamos e costumamos sofrer nos dias de hoje. A partir desse ponto, o argumento nos auxilia na compreensão das resistências a uma ideologia do excesso, que coloca num segundo plano a construção de relações com base no respeito, confiança, amor, dignidade e solidariedade.

O artigo “Políticas brasileiras, saúde e adoecimento de mulheres bissexuais: reflexões possíveis”, de Maria Eduarda Delduque Pereira, Fábio Henrique Almeida Dantas e Breno de Oliveira Ferreira, dá prosseguimento às reflexões do dossiê à partir de uma perspectiva de gênero. No manuscrito, encontramos uma análise crítica de três políticas de saúde brasileiras: a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (2004); a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, (2011); e o Relatório da Oficina “Atenção Integral à Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais” (2014). As políticas demonstraram que, embora as mulheres bissexuais sejam citadas quase integralmente nos documentos ao lado de mulheres lésbicas, suas especificidades são invisibilizadas. Assim, ainda que os documentos representem um avanço histórico no cuidado de mulheres com orientações sexuais dissidentes, as pautas das mulheres bissexuais permanecem fragmentadas. A reflexão nos mostra que a bifobia se mostra como um campo de vulnerabilidade no processo saúde-doença-cuidado, o que nos impõe repensar a lógica de cuidado hegemônica da cisheteronormatividade e do monossexismo para reconhecer as mulheres bissexuais como sujeitos de direitos na saúde, bem como os efeitos disso em sua saúde mental.

Como sabemos, o *coaching* é uma prática cada vez mais difusa, marcada pelo paradigma de aprimoramento continuado e do desempenho. Esse imperativo neoliberal de maximização do rendimento se expande para todos os âmbitos da vida, do trabalho aos relacionamentos. Essa expansão se sustenta na utilização de termos e técnicas de diversas áreas do saber, sobretudo, da Psicologia. O artigo “Psicologia não é coaching: capturas neoliberais dos saberes e práticas psi”, de Gabriela dos Santos Melo Bomfim, Lucas Bourdette Ferreira, Maurício Coutinho Pereira, Paulo Vitor Goulart Gama e Giuliana Volfzon Mordente, parte de uma revisão bibliográfica e da constatação de que o *coaching* e a Psicologia estão imiscuídos no imaginário social para, por meio do conceito de racionalidade neoliberal, analisar o *coaching* enquanto técnica comprometida com a generalização da concorrência e a transformação do sujeito em um empreendimento, gerando e acentuando o sofrimento psíquico.

No artigo “Como sobreviver a tantas adversidades? Neoliberalismo, precarização da vida e gestão dos sentimentos na experiência de conselheiros tutelares”, Thiago Pereira Rabelo demonstra como o contexto neoliberal estabelece “formas obrigatórias de expressar os sentimentos”, que estão relacionadas com a (im)pro-



atividade individual no exercício da função de conselheiro/a tutelar. Essa reflexão nos permite acessar as formas pelas quais esses/as trabalhadores/as expressam os próprios sentimentos que emergem do cotidiano das suas atividades laborais e nos permite refletir a respeito do processo generalizado de precarização da vida, experimentado, principalmente, através da solidão, da impotência e da frustração. O argumento principal é que as emoções não são apenas respostas individuais, mas também são moldadas socialmente para servir aos interesses neoliberais. Esse “controle das afetividades”, tipicamente colonial, se aproximaria de um exercício da necropolítica.

No texto posterior, as autoras examinam como os DSMs (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*) se tornaram instrumentos ideológicos do discurso neoliberal, que ganham forma na patologização e na medicalização da vida - dispositivos de controle social que desconsideram a diversidade juvenil. Assim, o artigo “A Influência Neoliberal na Abordagem do Sofrimento Mental na Adolescência”, de Christiane Odete de Matozinho Cardoso, Julia Somberg Alves e Lucas Fernandes Silva, fomenta um debate a partir da perspectiva psicanalítica sobre o modo contemporâneo de diagnosticar adolescentes e o conteúdo ideológico que subjaz a essa prática e, ao fazê-lo, lança uma reflexão crítica e assertiva a respeito do papel do profissional psi na sociedade contemporânea

Se a ordem neoliberal se presentifica e imputa suas forças de controle e opressão sobre diversos grupos econômicos no Brasil, o modelo de agricultura familiar tem sido uma das suas vítimas mais notáveis. Sob esse fito, “Narrativas em um ‘pedacinho de roça’: as imputações do neoliberalismo sobre a produção de trabalho e saúde de um agricultor familiar”, de Alessandra do Nascimento Costa, Ana Clara Monteiro da Costa e Tatiana de Lucena Torres, se debruça na história de vida laboral de um pequeno agricultor familiar, a fim de refletir sobre como as instâncias do poder neoliberal atravessam os processos de subjetivação sobre seu trabalho e seus modos de produzir saúde.

Por sua vez, “Os efeitos (deletérios) da psicopolítica neoliberal na paisagem mental da pandemia viral: da privatização ao desconfinamento do sofrimento psíquico”, de Silas Carlos Rocha da Silva, toma como ponto de partida o contexto da pandemia viral e, a partir desse cenário, se interroga sobre a causa estrutural, política e social por trás da pandemia de adoecimento mental. Recusando-se a aceitar a “privatização do estresse” como um fenômeno natural, o texto problematiza a proliferação de “patologias”, “transtornos” e colapsos mentais como efeito da “psicopolítica” e suas correlatas psicotecnologias neoliberais.

Depois de compreender como neoliberalismo impacta na produção de cuidados na atenção psicossocial, ao produzir uma saúde cada vez mais individualizada e biomédica, que mercantiliza o sofrimento psíquico e destrói as bases de políticas públicas de saúde conquistadas pelos trabalhadores, usuários, familiares e movimentos populares, o artigo “Pode o pássaro voar sob o enlace da serpente? Sustentando a atenção psicossocial em meio às ruínas neoliberais”, de Camila Ribeiro de Oliveira, Marta Clarice Nascimento Oliveira, Levi de Freitas Costa Araújo, Mariana Tavares Cavalcanti Liberato e João Paulo Pereira Barros, traz algumas pistas para pensar a produção de resistências, tomando a arte como um caminho possível.

Em seguida, o artigo “Discursos sobre internações involuntárias em Florianópolis: a criminalização da vulnerabilidade e a patologização das diferenças”, de Sabrina Del Sarto e Maria Luiza Scheren, analisa como as narrativas biomédicas e jurídico-punitivas justificam os discursos de higienização urbana que afetam

pessoas em situação de rua em Florianópolis (SC), especialmente através das internações involuntárias. Merece destaque o diagnóstico acurado das autoras em torno do modo como o neoliberalismo transforma a população marginalizada em um objeto-político, priorizando a funcionalidade política e econômica sobre os direitos dos cidadãos.

Desde o início desta década, a questão “como evitar o *Burnout*?” tem ganhado destaque e relevância entre gestores empresariais. Com base em pesquisa etnográfica realizada entre 2021 e 2024, nas cidades de Florianópolis e São Paulo, o artigo “Em busca de ‘alívio’: da gestão do sofrimento psíquico dos trabalhadores de tecnologia”, de Virgínia Squizani Rodrigues, analisa algumas das estratégias utilizadas pelo setor de tecnologia na gestão do sofrimento psíquico dos trabalhadores. Esse trabalho permite perceber quais ações de prevenção e gestão do estresse e do sofrimento vêm sendo colocadas em prática, tanto por empresas, que tendem a implementar programas de saúde e bem-estar, quanto pelos sujeitos, que tendem a fazer uso de suporte psicológico e psicofármacos.

Por fim, “Práticas neoliberais e adoecimento mental entre trabalhadores da atenção primária”, de Alana Aragão Ávila, trata da relação entre o adoecimento mental dos trabalhadores do SUS, no nível da Atenção Primária à Saúde, e a mudança de financiamento federal do setor a partir da doutrina neoliberal. O trabalho examina a experiência dos trabalhadores de Sobral (CE), face a implementação do Programa Previne Brasil, entre 2020 e 2023, e aponta a individualização do sofrimento e a precarização do trabalho diante da inserção dos profissionais na lógica do pagamento por desempenho e das consequências das pressões relativas ao alcance de metas para manutenção dos serviços de assistência à saúde.

Esperamos que o material disponibilizado neste dossiê permita novas reflexões aos seus leitores e leitoras. Sobretudo no que tange às transformações epistêmicas das Ciências Sociais e suas implicações nas formas de compreensão das dinâmicas sociopolíticas em torno do *Neoliberalismo e sofrimento psíquico*. Acima de tudo, nossa expectativa é que o conteúdo aqui disponibilizado não apenas colabore para a já mencionada politização e desnaturalização dos mecanismos de opressão contemporâneos produtores de sofrimento psíquico, cujas causas e efeitos estão longe de se esgotar em um debate biologizante e/ou medicalizante; mas, principalmente, coopere para a construção de abordagens pluridisciplinares da saúde mental.

Desejamos uma ótima leitura!

## Referências

ALBINO, Chiara; OLIVEIRA, Jainara Gomes de. (orgs.). *Leituras sobre neoliberalismo*. Recife: Seriguela, 2021.

ARCOVERDE, Igor Holanda Vaz. *Algo no caminho: narrativas sobre individualismo, sofrimento e adoecimento mental entre jovens graduandas da Universidade Federal de Pernambuco*. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal de Pernambuco, 2021.

AZIZE, Rogério L. O cérebro como órgão pessoal: uma antropologia de discursos neurocientíficos. *Trabalho, Educação e Saúde*, 8 (3): 563-574, 2011.

CABANAS, Edgar; LLOUZ, Eva. *Happycracia: fabricando cidadãos felizes*. São Paulo: Ubu, 2022.

CAPONI, Sandra; DARÉ, Patricia Kozuchovski. Neoliberalismo e sofrimento psíquico: A psiquiatrização dos padecimentos no âmbito laboral e escolar. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, 25: 302-320, 2020.

COELHO, Eleonora Bachi; LEAL, Ondina Fachel. “Fabricando um corpo sem limites: a busca pelo sucesso profissional e o consumo de metilfenidato”. In: MCCALLUM, Cecília Anne; ROHDEN, Fabíola (orgs.). *Corpo e saúde na mira da Antropologia*. Salvador: EDUFBA e ABA, 2015. pp. 155-175.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREITAS, Rafael de Mesquita Ferreira. *Uma multidão de pessoas sós: narrativas de adoecimento e acolhimento na universidade, a partir de grupos terapêuticos*. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal do Ceará, 2019.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2015.

OLIVEIRA, Esmael Alves de. “O pharmakon e a vida ou a vida pharmakon?”: algumas reflexões sobre narrativas de consumo de psicofármacos no contexto universitário. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 7 (14): 11-26, 2020.

ROSE, Nikolas. “Si-mesmos neuroquímicos”. In: ROSE, Nikolas. *A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI*. São Paulo: Paulus, 2013. pp. 262-310.

SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.